

A PSICOPEDAGOGIA E A CRIANÇA NOS CAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO

Lidiane Quirino Ramalho ¹
Marta Mickaele Almeida Arruda ²
Luciara Souza Nunes Paiva³

RESUMO

Na escolha de um método de alfabetização, entende-se a necessidade de pensar em técnicas, recursos e fontes literárias que deem conta de explicar como as crianças, na faixa etária de sete à oito anos, do ensino fundamental, podem atingir a alfabetização. No entanto, é preciso levar em consideração os obstáculos de ordem afetiva e emocional que podem interromper ou mesmo impedir esse processo. O presente artigo tem como objetivo analisar como a psicopedagogia pode ajudar as crianças que enfrentam os caminhos do processo de alfabetização. Através de um estudo bibliográfico, foram analisadas teorias que versam sobre a psicopedagogia, a criança e a alfabetização. A luz de autores como Soares (2017), Winnicott (2019) e Fernandéz (1991), que se debruçaram sobre temáticas que, em conjunto, serviram de base teórica para compreender como as crianças são afetadas pela ideia de aprender letras, sílabas e palavras. Portanto, entende-se que, a psicopedagogia, no âmbito clínico ou institucional, é capaz de promover um espaço de diálogo entre professores, famílias e crianças, sobre as dificuldades enfrentadas. De forma objetiva, sistemática e intencional, o profissional da área da psicopedagogia pode fazer com que, cada indivíduo, busque entender e superar ideias negativas sobre a própria capacidade de aprender. O processo de aquisição da leitura exige mais do que a memorização do alfabeto, requer amadurecimento cognitivo, desenvolvimento das funções executivas e vínculo positivo com a aprendizagem, isso vai exigir do psicopedagogo estar em constante estudo e pesquisa.

Palavras-chave: Psicopedagogia, Criança, Alfabetização, Dificuldades.

1. INTRODUÇÃO

Quando o processo de alfabetização é pensado à luz da psicopedagogia, entende-se que é preciso falar e refletir mais sobre o sujeito da aprendizagem e tudo o que está em seu entorno. Falar apenas do sujeito individualmente, pode-se correr o risco de fragmentá-lo . A

¹ Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Evangélica Cristo Rei - PI, lqrd@hotmai.com;

² Especializanda em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica da UNIFIP Campina Grande - PB, martamickaele.neuropsico@gmail.com.

³ Especialista em Psicopedagogia, ciarapaiva@hotmail.com

história nos mostra que, ora a educação esteve voltada para aquele que ensina, ora esteve voltada para aquele que aprende e, mais recentemente, sabe-se que a criança ocupa o lugar de quem aprende, mas também, de quem aprende, em um verdadeiro carrossel de descobertas sobre si mesma e o mundo que a rodeia. O fato é encontrar adultos comprometidos em estudar essa etapa da vida e ajudar a criança nesse caminho de descobertas sociais e afetivas.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), em seu artigo 2º “considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Dessa forma, a palavra “criança” será usada durante todo o trabalho para remeter a idade que interessa à pesquisa e, por ser o período, na escola, dedicado enfaticamente à questões relacionadas à alfabetização.

Mas quem é o sujeito que será submetido à horas de repetição de letras e fonemas? Quem é a criança que terá que cumprir um prazo determinado para aprender um complexo sistema de alfabetização? Como a psicopedagogia pode auxiliar o sujeito nessa seara?

Desta forma, nosso objetivo geral é analisar como a psicopedagogia pode ajudar as crianças que enfrentam os caminhos do processo de alfabetização, a partir de uma avaliação criteriosa e uma intervenção pautada em evidências científicas.

Para tanto, esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico, onde foram analisadas teorias que versam sobre a criança, a alfabetização e a psicopedagogia. A luz de autores como Soares (2017), Winnicott (2019) e Fernández (1991), que se debruçaram sobre temáticas que, em conjunto, serviram de base teórica para compreender como as crianças são afetadas pela ideia de aprender letras, sílabas e palavras.

A psicopedagogia como área de conhecimento da aprendizagem reconhece que “situações individuais de fracasso escolar podem acarretar bloqueios nos alunos em determinada área do conhecimento” (Weiss, 2015). Ao considerar que a teoria pedagógica vá além do seu próprio objeto de conhecimento, a educação, pode resultar em uma análise superficial da situação. O pedagógico tem como objetivo promover ações que levem a aprendizagem dos alunos.

Objetivos, metodologia e avaliação sustentam a pedagogia, mas a criança em meio a um cenário social disruptivo ou um cenário patológico ou mesmo em condições consideradas adequadas, há que considerar as teorias psicopedagógicas. E no processo de alfabetização, a psicopedagogia pode contribuir com a construção de vínculos entre a criança e o objeto de conhecimento, eliminando ou minimizando barreiras que possam impedir ou fragilizar o processo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As concepções sobre a criança.

As concepções de criança que cada instituição escolar adota reflete sobre a didática considerada mais eficaz e eficiente para atingir os objetivos traçados dentro do currículo adotado pela escola. Alguns referem-se à construção de um sujeito que poderá agir individual ou coletivamente na sociedade. Outras concepções destacam a ideia que a criança já é um sujeito individual e coletivo que precisa ser acompanhada e estimulada.

No entanto, o fato é que, ao longo dos anos, houve um número significativo de teorias que ora consideram a criança como uma planta à ser regada e cuidada, ora como um sujeito dotado de capacidades cognitivas tão intensas que não serão vistas em outras etapas do seu desenvolvimento, sendo, por essa razão, necessário aproveitar cada ano, antes do ensino fundamental, para alicerçar o que vem a ser a alfabetização. Considera-se necessário revisitar as teorias que tentam explicar a infância, para que assim, possa haver notoriedade sobre como essa etapa é responsável em definir a história do sujeito individual e coletiva.

Como uma criança descobre e conquista o seu mundo? De que forma domina uma língua de tamanha complexidade em termos de vocabulário, entonações e estrutura gramatical? (Hoffmann, 2012). É preciso estar preparado para essas e outras questões, o que sugere formação continuada de todos os profissionais envolvidos na instituição escolar.

Pensar na criança é, de fato, entender que existe um universo que está para ser descoberto. Há que se montar uma rede de cuidados que possam dar conta de atender com afeto as exigências infantis. Exigências que vão além do cuidado físico, que requerem um olhar sobre o sujeito biopsicossocial que a criança já é.

Inserir a criança em uma instituição para que aprenda a ler e escrever responsabiliza todos os envolvidos em estudo sobre a cognição e a emoção. Emoções negativas esmagam o potencial de aprendizado de nossos cérebros, ao passo que um ambiente livre de medo, pode reabrir as portas da plasticidade neural. Não haverá progresso na educação sem que se considere simultaneamente as facetas emocional e cognitiva do nosso cérebro (Dahaene, 2022).

2.2 A leitura e a escrita

A invenção da leitura e da escrita passou por um processo longo na história da humanidade, desde então, um número significativo de teorias tentam encontrar a forma mais eficiente de levar às crianças a entenderem como as letras organizam-se e formam as palavras. A educação sistemática encarregou-se de ensinar esses símbolos e garantir que as crianças, até os oito anos de idade, tenham pleno domínio da leitura, “alfabetizar plenamente todas as crianças até oito anos, sem exceção, nas 27 unidades federativas”. (BRASIL, 2007).

Ao decidir por esse pacto, pode-se imaginar que as crianças consigam compreender a responsabilidade sobre a própria alfabetização, sendo que, “a estrutura do processo de decisão na criança nem de longe se assemelha à do adulto. Os adultos tomam uma decisão preliminar internamente e, em seguida, levam adiante a escolha na forma de um único movimento que coloca o plano em execução”. (Vigotski, 2007).

Nesse sentido, o adulto deve ser responsável em alicerçar uma didática baseada nos processos maturacionais, afetivos e sociais da criança, para que, ele mesmo, enquanto adulto, tome decisões efetivas sobre como manter o engajamento dos alunos, tempo suficiente para pleno domínio da leitura. A mera exposição às palavras escritas normalmente não leva a nada a menos que as crianças sejam alertadas explicitamente para existência das letras e das correspondências destas com os sons da fala. Poucas crianças são capazes de relacionar por si só a língua escrita e a língua falada (Dahaene, 2022).

Nesse sentido, é preciso pensar em como a leitura está sendo apresentada e quais os espaços dedicados à divulgação da leitura, não algo obrigatório ou enfadonho, mas que possa despertar sentimentos de comoção, apreciação e entusiasmo.

“Imersa em ambientes socioculturais em que a leitura e a escrita têm papel e função centrais, como acontece em nossas sociedades grafocêntricas, a criança, antes mesmo de entrar na escola, vai progressivamente, se aproximando do conceito de escrita, percebendo que escrever é transformar a fala em marcas sobre diferentes suportes, e que ler é converter essas marcas em fala” (Soares, 2020, p. 51).

Ao mesmo tempo, é preciso pensar sobre as metodologias que alternam práticas pedagógicas que estabelecem o método sintético e/ou método analítico para garantir a alfabetização. Considerando que esse processo não é linear como possa parecer, é imprescindível pensar quando as respostas para a alfabetização são negativas, ou seja, os alunos, por razões sociais, afetivas ou biológicas apresentam lentidão em compreender o

signo e os sons da letra. A escola ao corroborar com esse cenário destrutivo para a alfabetização provoca o que há de pior nos alunos. Nossa escola é uma mestra quase que insuperável em desrespeitar a biologia das nossas crianças. Não bastasse pegar crianças normais de 6, 7 anos e submetê-las a quatro ou cinco horas intermináveis de silêncio e imobilidade forçada, criamos currículos que desrespeitam abertamente a gênese da cognição humana (Celso, 2017).

Diante das circunstâncias da não aprendizagem, pode-se incorrer no erro de focar as atenções para, e tão somente, na criança como sendo acarretado por uma patologia justificando seu mau desempenho. A psicopedagogia considera que há elementos imbricados nesse “mau desempenho” que merecem ser levados em consideração como “a do próprio sujeito aprendiz-aluno-paciente, a família, a escola e os diferentes grupos sociais frequentados” (Weiss, 20015).

A leitura fundamenta-se na possibilidade de ser ensinada, mas é preciso levar em consideração que, aquele que aprende, pode estar dentro de um espectro de não possibilidades de leituras: sociais, afetivas ou biológicas. O aluno que está na escola aprendendo a ler e escrever, o tempo todo ele negocia com os aspectos emocionais. (Macedo; Bressan, 2016)

2.3 A criança, a leitura, a escrita e a psicopedagogia

Há que se considerar que espaços de leitura têm sido restritos às instituições de ensino, obedecendo a um currículo cuja obrigatoriedade da leitura é indispensável em determinada série/ano. Vive-se a efervescência do debate sobre como é importante encontrar evidências científicas que apontem os caminhos para a leitura, mas, ao mesmo tempo, observa-se a total responsabilidade depositada, na escola, em garantir a consolidação desse conhecimento.

Defato, para ler e escrever é preciso um planejamento, uma organização sistematizada das etapas que garantam tal façanha, já que foram anos para que a letra e a palavra fossem inventadas e que, ao longo dos anos, houve o encurtamento do tempo dedicado a aprendizagem dessas mesmas letras. E, que, ao longo do caminho, algumas crianças fracassam e sentem-se incapazes de responder às exigências de uma sociedade letrada.

Quando Soares (2020), destaca que “o fracasso em alfabetização e letramento concentra-se nas escolas públicas. Entendemos que aprendizagem é um processo que se efetua por meio de determinadas estruturas cognitivas- afetivas, as quais se modificam em contato com o meio externo provocando transformações, num constante intercâmbio entre quem aprende e o meio em que está inserido. (Piza, et al, 2023)

Ao considerar as emoções no âmbito escolar, entende-se que as relações entre as crianças e seus pares e, entre as crianças e os adultos, podem ser marcadas por encontros e desencontros afetivos, gerando, dessa forma, uma ruptura com o próprio processo de aprendizagem. Não se apropriar de habilidades de leitura e escrita faz com que o fracasso se estenda ao longo da escolarização, que depende fundamentalmente dessas habilidades (Soares, 2020).

Se pensarmos na educação das crianças em sua totalidade, os aspectos socioemocionais são fundamentais para a formação dos indivíduos (Macedo; Bressan, 2016). A psicopedagogia está longe de dissociar o sujeito dos conteúdos escolares e o sujeito das emoções, já que precisa do sujeito integral para considerar suas hipóteses diagnósticas e o processo de intervenção. Desvendar na medida do possível os “enigmas” de uma criança exige, portanto, observação continuada, estudo e reflexão (Hoffmann, 2012).

O espaço psicopedagógico está circunscrito ao lado da criança. Segundo o código de ética do Psicopedagogo (ABPp, 2019).

Artigo 3º

A atividade psicopedagógica tem como objetivos:

- propor ações frente aos processos de aprendizagem e suas dificuldades;
- contribuir para os processos de inclusão escolar e social;
- realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- mediar as relações interpessoais nos processos de aprendizagem com vistas à prevenção de dificuldades e/ou resolução de conflitos.

Quando o psicopedagogo recebe a queixa de que a criança não está alfabetizada ou está com problemas em reconhecer letras e fonemas, inicia-se um protocolo de investigação. Um protocolo flexível, que possa, ao longo do processo, abrir espaços de diálogo com a escola e com a família.

Na escola, o psicopedagogo irá dialogicamente adentrar na pedagogia. Essas áreas do conhecimento longe de antagônicas, devem considerar toda a sistemática alicerçada no currículo escolar e sobre a impressão e sensações que afetam a criança no processo de alfabetização.

Com a família, o psicopedagogo deve sentir-se compelido a agir comprometido com a ética de quem irá conhecer as fragilidades que circundam cada membro. Para isso, precisa saber fazer as perguntas certas, precisa estar alinhado a uma conduta profissional que acolhe e, até mesmo, pode provocar mudanças em seus membros. Mesmo sendo a criança e a

alfabetização, à priori, o centro do estudo psicopedagógico, há que se considerar as implicações socioafetivas onde está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que, a psicopedagogia, no âmbito clínico ou institucional, é capaz de promover um espaço de diálogo entre professores, famílias e crianças, sobre as dificuldades enfrentadas. O profissional da área da psicopedagogia pode fazer com que, cada indivíduo, busque entender e superar ideias negativas sobre a própria capacidade de aprender. Mas, para isso, deve considerar que seu trabalho é multidisciplinar, ou seja, precisa dialogar com outras ciências e outros profissionais. Suas hipóteses abrem possibilidades de resgatar o vínculo do sujeito com o seu próprio processo de aprendizagem.

O processo de aquisição da leitura exige mais do que a memorização do alfabeto, requer amadurecimento cognitivo, desenvolvimento das funções executivas e vínculo positivo com a aprendizagem, isso vai exigir do psicopedagogo estar em constante estudo e pesquisa.

O psicopedagogo precisa ouvir, precisa estar atento às questões escolares, sociais, afetivas e culturais que permeiam a vida do aprendente. Sua responsabilidade não é com as respostas, mas com as questões que precisam de reflexão e debate. Na escola, seu papel está longe de ser aquele que corrige o professor, mas que compreende o seu papel e, com ele, busca parceria no processo de ensino e aprendizagem.

No contato com a família, o psicopedagogo precisa estar empenhado em mostrar que seu compromisso com a criança não é de fazê-lo ler ou escrever, mas o de, juntos, construir uma relação positiva com a leitura e com a escrita, rompendo as barreiras das dificuldades.

Sabe-se que ler e escrever leva tempo e treino, mas é preciso mais que isso. A criança precisa estar inserida em uma cultura leitura, em um mundo que a convida para ler figuras, ler rótulos, ler as letras e as palavras. Provocar a leitura, esse pode ser o segredo de criar crianças e alunos leitores no século XXI.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Psicopedagogia (2013). **Diretrizes Básicas da Formação de Psicopedagogos no Brasil.**



BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Pacto pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador**. Caderno de apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Estatuto Da Criança e do Adolescente - ECA**. Caderno de apresentação. Brasília: MEC/SEB, 1990.

CELSO, Ferrarezi Jr. **De alunos a leitores: o ensino da leitura na educação básica**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

DAHAENE, Stanislaw. **É assim que aprendemos**. São Paulo: Contexto, 2022.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MACEDO, Lino de; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. **Desafios da aprendizagem: como as neurociências podem ajudar pais e professores**. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2016.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEISS, Maria Lúcia Leme. **A intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

WINNICOTT, Donald W.. **O brincar e a realidade**. Trad. Breno Longhi; Ver Tcn. Leopoldo Fulgencio, 2019.